

---

# AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE

**ANA MARIA ROCHA DA SILVA** AnaMR@correios.com.br

## RESUMO

Sob o olhar das mudanças tecnológicas, o artigo toma como referência o período correspondido aos anos de 1870, que representava o final de um século e início de uma segunda Revolução Tecnocientífica. O século XX marcaria para sempre o destino da humanidade selado pelo desenvolvimento do mercado, do capitalismo, da mercadoria, da cultura de massa, das novas tecnologias, do individualismo, além de ser o século da ignorância e da intolerância, tornou-se um século dialético, de profundas mudanças e de grandes reflexões. Os novos tempos do século XX, surgidos com a tecnologia, modificaram as relações sociais e os modos de vida da humanidade. A cultura de massa passou a ser violentamente disseminada pelo cinema, pelo rádio, pelo jornal e por outras formas de comunicação eletrônica, como a Internet. A globalização estabeleceu novas formas de distribuição do poder e o Estado enfrenta novos desafios para se legitimar em um novo cenário pós-moderno.

## PALAVRAS-CHAVE:

Tecnologia, Pós-modernidade, Globalização.

<sup>1</sup> Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT.

## ABSTRACT

Under the gaze of technological changes, the article takes as reference the period matched the years 1870, which represented the end of one century and the beginning of a second techno-Revolution. The 20TH century marked forever the destiny of humanity sealed by the development of the market, of capitalism, of mass culture, of new technologies, of individualism, besides being the century of ignorance and intolerance, became a dialectical century, of profound changes and major reflections. The new times of the 20th century, arisen with the technology, changed social relations and the ways of human life. The mass culture has been violently dispersed by the cinema, radio, newspaper and other forms of electronic communication such as the Internet. Globalization has established new forms of distribution of power and the State faces new challenges in order to legitimize a new postmodern scenario.

## KEYWORDS:

Technology, Postmodernism, Globalization.

## INTRODUÇÃO

Os estudos de Castells (1996) e Giddens (2001), embora com espaçamento de 05 anos, tratam das questões sobre soberania, poder, concepções de Estado-Nação, sistema global em redes de comunicação, dentro do contexto histórico da modernidade com passagem para a pós-modernidade, período marcado por transformações tecnológicas, culturais, sociais e políticas. Outros autores contemporâneos complementam a análise sobre as mudanças do Estado capitalista moderno, durante o período decorrido do século XIX ao século XXI.

No final do século XIX, o industrialismo moldou a Europa Ocidental, caracterizando-a como espaço produtivo de mercadorias; centro industrial e cultural do mundo moderno. A Inglaterra inaugurava a vanguarda do capitalismo seguida depois de outros países europeus como França, Holanda, Alemanha e, mais tarde, os países do Leste europeu.

No início do século XX, o crescimento da produção industrial na Europa promove a expansão do capitalismo, que desloca o eixo produtivo para outros territórios fora do continente. A partir dos anos de 1950 a 1970, inicia-se o processo de mundialização do capital e da globalização, que se fortalece e se consolida em sistemas interligados por redes de comunicação no final da década de 1990.

## OBJETIVO

O artigo tem como finalidade buscar refletir as transformações no ambiente econômico, social, cultural, político e ambiental no decorrer dos séculos XIX até o século XXI. O pano de fundo da história contempla as principais mudanças ocorridas no referido período de tempo, que vieram permitir a consolidação de um sistema global articulado em redes de comunicação e a formação de conglomerados industriais, que passam a disputar o poder e controle do Estado-Nação.

## O DOMÍNIO TERRITORIAL DO ESTADO CAPITALISTA

O capitalismo inicia seu processo de crescimento e expansão a partir de 1870 em território europeu. Todavia, o Estado moderno nasceu na

Europa, se desenvolveu e se modificou em seu território de origem. O Estado nasce soberano e com enormes poderes, mas chega desfigurado e em crise no século XX. Nos primeiros anos do século XXI cresce o desafio de assegurar sua soberania e a descentralização do poder, todavia continua sendo uma instituição de grande influência política.

Esse momento de crise do Estado-Nação pode ser resumidamente compreendido a partir da análise histórica do desenvolvimento das instituições modernas de controle do poder:

A tentativa de o Estado reafirmar seu poder na arena global pelo desenvolvimento de instituições supranacionais acaba comprometendo ainda mais a sua soberania [...] Enquanto o capitalismo global prospera e as ideologias nacionalistas demonstram seu vigor em todo o mundo, o Estado-Nação parece estar perdendo seu poder, mas não sua influência (CASTELLS, 1996, p.287).

A globalização deu outro sentido e novos rumos ao Estado. A expansão capitalista e a sua organização em sistema de rede global desafiam a soberania dos Estados. “A capacidade instrumental do Estado-Nação está comprometida de forma decisiva pela globalização das principais atividades econômicas, pela globalização da mídia e da comunicação eletrônica e pela globalização do crime” (CASTELLS, 1996, p. 288).

Os mercados estão interligados e suas operações são realizadas em tempo real, bem diferente do Estado, que necessita de um território para determinar seu poder. Os fluxos cambiais não possuem territorialidade definida, circulam na rede global da economia capitalista contemporânea.

Segundo Castells (1996), a taxa de câmbio, as políticas monetárias, as taxas de juros internacionais e as políticas orçamentárias operam de forma global e chegam a determinar as políticas econômicas dos países no mundo global.

As políticas econômicas dos países em desenvolvimento (entre eles o Brasil), e nos países europeus, foram determinadas pelas pressões internacionais – em especial as instituições financeiras internacionais e os grandes bancos privados, no final do século XX. Tal interferência modificou os rumos das políticas públicas dos Estados-Nação e determinou a estabilização da economia como condição básica para o investimento e o comércio internacionais.

O processo de privatização foi um fenômeno sistêmico em nível mundial. Um exemplo claro foi a venda das redes de telecomunicações públicas para o setor privado, no final da década de 1990, com a exceção da China e o mundo islâmico fundamentalista:

A explosão das telecomunicações e o desenvolvimento dos sistemas de transmissão a cabo viabilizaram o surgimento de um poder de transmissão e difusão de informações sem precedentes. Essa tendência não escapou aos olhos das empresas, que não deixaram de aproveitar a oportunidade oferecida. Realizam megafusões e mobilizaram-se capitais em todo o mundo para que se pudesse participar do setor de comunicações que estabelece elos de ligação de poder nas esferas econômicas, culturais e políticas (CASTELLS, 1996, p.299).

Se o Estado-Nação ainda detém o monopólio da violência, deixou de ter o controle total das mídias – televisão, rádio e internet – passando para as empresas privadas que controlam e veiculam informações capazes de influenciar a opinião pública. O efeito desse processo foi a globalização da mídia. A consequência da privatização dos meios de comunicação foi o controle da informação capaz de manipular e alienar as pessoas.

O desenvolvimento das tecnologias está atrelado à expansão do capitalismo mundial. Desenvolver tecnologias modernas requer elevado investimento em pesquisa, o que diretamente está desenvolvendo a ciência. Ao mesmo tempo em que a ciência promove o alcance de bem-estar da população mundial, a ação do homem em poder da ciência é capaz de aniquilar centenas de milhões de pessoas com armamentos bélicos de alta tecnologia e precisão. A tecnologia bélica vem promovendo a indústria da guerra (Guerra do Golfo, Guerra do Afeganistão e a Guerra do narcotráfico), capaz de produzir armas de grande alcance acionados por computadores.

A velocidade da tecnologia requer uma rápida atualização dos armamentos bélicos dos Estados-Nação. Todavia, poucos têm a condição de investir elevados recursos para manter exércitos e forças especiais com armamentos tecnologicamente modernos. Há então um desequilíbrio de forças globais militares, tendo ainda, na liderança armamentista, os Estados Unidos que detém o monopólio da violência em nível global.

Os países orientais e de tendência comunista como a China, aos poucos vêm tendo

acesso à economia global e algumas cidades importantes como Xangai, estão estruturando suas relações comerciais com o novo sistema de mercado que está interligado em rede global.

Tal fato demonstra que o capitalismo não tem fronteira, não há limites para sua expansão no mundo. Sobrevive de suas próprias crises financeiras e recompõe-se, determinando leis de mercado e políticas econômicas aos Estados-Nação capitalistas, como aconteceu na crise estrutural envolvendo os países do NAFTA – México e Estados Unidos – nos anos 90 (CASTELLS, 1996, p.322).

A crise econômica nesses países desencadeou ações de políticas públicas na área econômica – na redução dos gastos públicos, controle inflacionário e aumento das exportações – na área de segurança – redução do orçamento militar – nas áreas da educação, saúde e habitação, com cortes em seus respectivos orçamentos. A crise econômica demonstrou ao mundo as desigualdades sociais existentes em países como o México, em que grande parcela da população encontrava-se na condição de pobreza absoluta e uma minoria de ricos no controle do poder econômico e político.

Toda crise do capitalismo implica em reestruturação econômica e elevado custo social. Apesar de todas as turbulências econômicas e crises, o capitalismo continua tendo o domínio do território para sua expansão.

## **CRISE DO CAPITALISMO E A CRISE DE LEGITIMIDADE DO ESTADO CAPITALISTA**

Uma crise econômica no Estado capitalista leva a um descontentamento da população, desestabilização do governo, desequilíbrio do poder local e federal, perda da legitimidade do Estado, desmantelamento do Estado de bem-estar social, a desorganização das estruturas produtivas tradicionais, causando aumento da instabilidade de emprego, aumento da desigualdade social, exclusão social e perda da capacidade do Estado atender às exigências sociais.

Todos esses fatores podem ser elementos capazes de desencadear uma crise no Estado-Nação. E dependendo da força que podem conseguir na sociedade, os movimentos sociais são capazes de negar a legitimidade do Estado.

Contraditoriamente, o Estado ao mesmo tempo em que foi o principal articulador do processo de globalização e reestruturação econômica mundial, “foi incapaz de oferecer proteção aos segmentos da população” (CASTELLS, 1996, p. 347). O resultado imediato é a crise de legitimidade manifestada pela desconfiança no governo. Para restaurar a confiança da população, os governos envolvidos na crise acabam utilizando os novos sistemas eletrônicos de comunicação que têm um impacto decisivo sobre a opinião pública.

O Estado adota todas as estratégias políticas para restaurar a economia e conquistar a confiança da população, para voltar a ter legitimidade e manter-se no controle do novo sistema de poder. “O novo sistema de poder é caracterizado pela pluralidade das fontes de autoridade, sendo o Estado-Nação apenas uma dessas fontes (CASTELLS, 1996, p. 353).

O que há em jogo é uma concorrência plural das fontes de poder constituída de “redes de capital, produção, comunicação, crime organizado, instituições internacionais, aparatos militares supranacionais, organizações não-governamentais, religiões transnacionais e movimentos de opinião pública” (Ibdem, p.353). São novos atores sociais que buscam acessar o poder político, que historicamente esteve sob domínio total do Estado-Nação moderno. Um dos efeitos da globalização é o compartilhamento da soberania do Estado-Nação, o que Castells caracteriza como o novo cenário atual.

Uma das características marcantes do processo global, da mundialização da economia, da formação das sociedades em rede é o sentimento da incerteza, do improvável, da contingência (CHAUÍ, 1996); da formação de sociedades “na qual os homens toleram conviver com uma incerteza última” (LEFORT, 1996, p. 44); cujas crises são imprevisíveis “e cada crise revela-se única, ímpar, original” (BORNHEIM, 1996). Portanto, não se trata mais de uma crise do Ocidente, mas de uma crise global, que envolve as questões culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais. Nesse sentido, o otimismo no capitalismo é uma ilusão (ULRICH, 1944).

Para Judy (2010), o século XX foi um período da história da humanidade marcado por turbulências políticas, conflitos armados, crises econômicas, reforma do Estado, incertezas e formatação de uma sociedade capitalista global. Todavia, “foi um tempo de profundas transfor-

mações que influenciaram decisivamente a trajetória de desenvolvimento do mundo moderno” (GIDDENS, 2001).

O século XX foi um mosaico de acontecimentos sangrentos e ao mesmo tempo promoveu o desenvolvimento tecnológico e da ciência. No último quarto de anos do século XX houve a expansão das comunicações e a maioria das pessoas do mundo tinha acesso limitado à informação. No final da década de 90, já era possível falar de sociedade em rede, em que até as sociedades mais primitivas já acessam a rede mundial de computadores.

As duas grandes guerras mundiais trouxeram prejuízos materiais para a Europa e menos prejuízos aos Estados Unidos (JUDT, 2010). Todavia, os conflitos armamentistas de 1914 e 1939 foram decisivos para o surgimento de um sistema de Estados-Nação como árbitro das relações internacionais (GIDDENS, 2001). O sistema de Estado europeu foi substituído por um sistema global consolidado, inseridos em uma arena de Estados soberanos competidores.

A manutenção da segurança global é realizada pelas Nações Unidas, que substituiu a Liga das Nações no pós-guerra. As décadas de 1960 a 1970 foram marcadas pela Guerra Fria e um franco otimismo do crescimento econômico mundial. Após a crise do Petróleo entre 1973 a 1975 houve um arrefecimento econômico e início de uma crise econômica o que levou mais tarde, nos anos 90, à reforma do Estado, diminuindo seus poderes e transferindo-os a corporações multinacionais e instituições transnacionais (JUDT, 2010; GIDDENS, 1996).

O século XX deixou para o século XXI “o problema do mal” (HANNAH ARENDT apud JUDT, 2010, p. 30), incorporado nos grupos extremistas e terroristas que estão espalhados por todo o globo. O terrorismo deixou sua marca ideológica no dia 11 de Setembro de 2001, o que veio fazer refletir sobre o medo e o mal, dois conceitos que entraram na arena de debates políticos em nosso tempo. “O medo vem resurgindo como ingrediente ativo da vida para as democracias ocidentais. Medo do terrorismo, o medo da incontornável velocidade da mudança, medo da perda de emprego” (JUDT, 2010, p. 34).

O aumento das relações internacionais entre os Estados-Nação é um mecanismo de ação aos grupos extremistas e terroristas que formam a globalização do crime (CASTELLS, 1996, p. 303).

A insegurança é um sentimento global, não há limites para as ações criminosas. “A novidade é a conexão global do crime organizado, condicionando relações internacionais, tanto econômicas como políticas, à escala e ao dinamismo da economia do crime” (CASTELLS, 1996, p. 305). As ações criminosas tomaram um alcance global e deixaram o Estado de mãos atadas, perdendo, em alguns casos, o controle da segurança.

Para proteger seu território, os Estados-Nação buscam investir em armamentos bélicos com tecnologia avançada “e ficam cada vez mais dependentes dos fornecedores de tecnologia” (CASTELLS, 1996, p.308). Os Estados-Nação ainda enfrentam os fornecedores de armas inseridos no mercado negro global de armamentos. Os exércitos clandestinos, grupos terroristas e milícias organizadas se abastecem de armas de elevado padrão tecnológico, advindas do mercado negro do crime organizado em rede global.

Ressalta-se que, para enfrentar o poderio armamentista dos grupos terroristas e da organização criminosa do tráfico de drogas, os Estados-Nação realizam elevados investimentos em sua força militar, recursos materiais e em recursos humanos. A abertura comercial favoreceu o intercâmbio de negócios entre os Estados-Nação, mas fragilizou suas fronteiras por onde circula o crime organizado.

Para se proteger do crime organizado “cada Estado central procurou proteger suas fronteiras ao assegurar que os Estados vizinhos fossem governados por autoridades consideradas favoráveis a seus interesses” (GIDDENS, 2001, p. 282). Nesse sentido, o Estado central amplia suas relações internacionais com os países vizinhos, ao longo de sua fronteira, para manter o controle da segurança do seu território.

A violência externa contra os Estados-Nação pode abalar os alicerces de sua soberania. Portanto, “o Estado soberano é uma organização política que tem a capacidade, dentro de um território ou territórios delimitados, de produzir leis e efetivamente sancionar a sua manutenção [...]” (GIDDENS, 2001, p. 296). Por esse prisma, o Estado dá o comando de sua governança, detém o controle político e o monopólio da violência, podendo acionar seu poderio militar na defesa de sua soberania.

Em linhas gerais, à guisa de conclusões, observa-se que a expansão da indústria, fora dos domínios territoriais das organizações capitalis-

tas, foi essencial para a consolidação do sistema capitalista global. No contexto da formação de uma sociedade em rede, a conjuntura estrutural do sistema capitalista é marcada por crises econômicas, políticas e ambientais no atual tempo pós-moderno.

## **DA ERA MODERNA À PASSAGEM PARA A PÓS-MODERNIDADE**

Com o desenvolvimento tecnológico do final do século XIX, muitas mudanças ocorreram a partir das descobertas potenciais da eletricidade. Novas máquinas foram introduzidas na indústria e com isso a produtividade aumentou, como também cresceu a demanda da mão-de-obra e o crescimento populacional registrado pelo êxodo rural, constituindo um novo espaço de moradia: as cidades metropolitanas.

Nesse espaço de grandes diferenças culturais, ideológicas, de valores éticos e de relações sociais, as cidades se consagram como um lugar de reflexão da presença do homem diante das suas próprias criações e idealizações. A tecnologia produz um novo cenário e promove as mudanças de comportamento em toda sociedade. Aos poucos, o homem foi se transformando em um componente da máquina, que apenas apertará um botão para que tudo funcione. Esse movimento mecanicista torna as coisas práticas e acelera a vida, mudando também as relações sociais. O individualismo torna-se mais presente e mais radical.

Com as novas tecnologias, o trabalho manual vai ficando escasso e grande número de trabalhadores vão amargando o desemprego. O desenvolvimento tecnológico não para seu ritmo de aceleração de ideias e novas formas de produtos que trarão praticidade a vida. O século XX foi para alguns teóricos a era dos extremos, pois consagrou de um lado o grande esforço humano em promover mudanças rápidas, no campo das ideias e invenções, em outro extremo fez surgir uma sociedade industrial, corrupta, que valoriza a estética, dá valor às mercadorias e distancia-se cada vez mais da solidariedade.

Os novos tempos do século XX, surgidos com a tecnologia, modificaram as relações sociais e os modos de vida da humanidade. A cultura de massa passou a ser violentamente disseminada pelo cinema, pelo rádio, pelo jornal e por outras formas de comunicação eletrônica como a Internet. Foi um período de maior comunicação que

o homem já viveu. Através dos meios eletrônicos pode-se ganhar guerras e fazer novas amizades. O poder da comunicação eleger e derubou estadistas, ampliou os mercados e criou um mundo global, de novos estilos e de valores morais. Seja no campo da política, da economia, da cultura, das artes, das instituições, a tecnologia trouxe mudanças significativas ao ponto de refletir-se sobre em que época o Homem está vivenciando: Modernidade ou Pós-modernidade.

O fato é que as mudanças tecnológicas trouxeram grande benefício ao capitalismo, que se aproveitou de suas vantagens para explorar cada vez as suas potencialidades e ampliar suas bases monetárias. Utilizou-se da propaganda para estimular a venda de mercadorias e tornar o consumo uma febre na sociedade.

A sociedade foi dominada pelas tecnologias da informação. O tempo passou a ter outra referência, as distâncias encurtaram-se, o mundo integrou-se, tornou-se definitivamente global. Se o século XIX foi o iniciador do segundo momento da explosão tecnocientífica, o século XX foi o tempo do pragmatismo que experimentou de tudo. No entanto, o século XXI inicia com uma grande interrogação. Até onde o homem pode ir e quanto tempo mais o capitalismo irá estar presente como sistema econômico social?

O fato é que o desenvolvimento da tecnologia representa o crescimento do próprio homem, a expansão do seu conhecimento e a definição de único ser cognitivo na face da Terra capaz de promover mudanças e transformações. Hoje, não se pode esperar as mudanças tecnológicas da janela, todos têm que participar de seu processo, visto que somos agentes da nossa própria história.

## **A GLOBALIZAÇÃO, O ESTADO E A CRISE AMBIENTAL NA PÓS-MODERNIDADE**

Do ponto de vista ideológico, o termo globalização possui várias conotações: cada qual pode empregá-lo de acordo com suas conveniências, dar-lhe o conteúdo ideológico que quiser. Um exemplo são as escolas de Administração dos Estados Unidos, que utilizam o termo global para designar que está ocorrendo uma mudança favorável aos negócios em razão da revolução científico-tecnológica, da saída do Estado do controle da economia – promovendo a liberalização e desregulamentação do Estado e flexibilização das relações trabalhistas.

Pode-se entender a globalização como um fenômeno econômico em que não há fronteiras para o capital, neste sentido as empresas deixam de possuir nacionalidade. Passam a ocupar todos os espaços disponíveis que sejam viáveis para multiplicar os investimentos realizados, promovendo sua expansão em termos globais.

A globalização pode ser expressa sob vários pontos de vistas teóricos tendo assumido um caráter de fenômeno mundial. Segundo Alves (2001), trata-se de um movimento expansionista do capital internacional que vem incentivar a liberdade econômica entre os mercados mundiais mostrando que não pode haver fronteiras que bloqueie o caminho de seu desenvolvimento.

Pode-se avaliar o fenômeno da globalização, a partir do pensamento de Alves (2001), como sendo um processo histórico que assinala uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo moderno. Ou seja, é um processo de nível mundial que se direciona para os mercados internacionais, promovendo mudanças estruturais, inclusive o papel do Estado.

A ideia de globalismo supõe a debilidade estrutural dos Estados. Sob o regime globalitário, os Estados não têm meios de se opor aos mercados. A globalização liquidou o mercado nacional, que é um dos fundamentos do poder do Estado-Nação (ALVES, 2001, p.18).

Nota-se que a globalização passa a ser sustentada por governos que promulgam o monetarismo, a desregulamentação, o livre-comércio, o livre fluxo de capitais e as privatizações. Portanto, o Estado se afasta do controle da economia diminuindo seu papel empreendedor, transferindo essa responsabilidade para a esfera privada. Vive-se agora no regime de mercado aberto, livre, sem barreiras, um modelo uniforme que cria uma nova roupagem. O processo de globalização é patrocinado por meio das grandes corporações multinacionais que se instalam em espaços estratégicos em diversos lugares do mundo.

A globalização veio demarcar seu território nos países Periféricos/Alinhados que possuem enormes reservas naturais e são fornecedores de matéria-prima para os países Centrais/Hegemônicos (GIDDENS, 2001, p. 282). Instala-se a lógica neoliberal e o Estado perde poder de decisão sobre as questões de decisão política, econômica e ambiental. “Os Estados-Nação enfrentam os limites de sua legitimidade e, em

última análise, de seu próprio poder, quando se discute a administração global do meio ambiente do planeta (CASTELLS, 1996, p.310). O Estado aparece como promotor do desenvolvimento capitalista e abre as portas para a entrada do capital especulativo e da cultura internacional.

Assim, nota-se que o conceito de espaço ganha novo enfoque diante do processo da globalização e os melhores pedaços territoriais são reservados pelas grandes potências industriais, que se instalam e iniciam um duradouro processo de acumulação de capital.

Observa-se que diante da liberdade econômica traçada pelo capital internacional, surge uma nova dinâmica na economia mundial global, ou seja, o capital financeiro passa a dominar todo o planeta. A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo surgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho.

A globalização financeira facilitou a mundialização do capital, que escolhe o local adequado e atraente para realizar suas operações. Assim, observa-se que as políticas de abertura econômica, privatização e financiamento aos Estados-Nação dependentes de capital, marcaram uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no mundo.

A globalização, segundo Santos (1998), é promotora de uma extrema competitividade entre as empresas, o que se caracteriza numa nova lógica do capital, que se impõe em todo o mundo, fazendo com que todas as sociedades possam se adaptar a um novo cenário de produtividade e de novas relações sociais de produção.

Santos (1998) afirma que a globalização forma um novo perfil do trabalhador e promove uma reestrutura do espaço geográfico, visto que as distâncias são encurtadas pelo desenvolvimento tecnológico. No tocante ao espaço rural, a agricultura passa a ser totalmente mecanizada e se volta para atender as necessidades do mercado internacional. A tudo isso se junta o capital financeiro que se internacionaliza em função das transações internacionais complexas.

Destaca-se ainda que a internacionalização do capital veio favorecer a expansão das multinacionais que se instalaram pelos países periféricos, entre eles o Brasil, mais precisamente na Amazônia. Segundo Alves (1999), a atuação mundial dos grandes grupos econômicos na esfera do comércio internacional se dá através do

desenvolvimento tecnológico e do poder científico que as multinacionais dominam.

Observa-se então que a tecnologia combina com competitividade, e, portanto, é cada vez maior a concorrência entre os grandes grupos industriais e o desafio permanente é o investimento pesado em tecnologia, que se tornou o novo elemento diferencial na atuação internacional do comércio mundial.

Fica exposto então que o capitalismo sempre pensou em ocupar todos os espaços, a fim de promover a acumulação de capital. Segundo Santos (1998, p.80), o espaço geográfico agora está compartimentalizado, ou seja, com a globalização qualquer espaço terrestre se torna funcional para o capitalismo.

O processo da globalização modificou todo um cenário social, dando outro sentido à concepção de espaço. As distâncias foram diminuídas e o tempo foi colocado em desafio pelas modernas tecnologias que aceleraram os negócios e a vida humana. Novas formas de vida estão sendo moldadas por um processo global sem precedentes na história da humanidade.

Diante do contexto exposto, observa-se que as sociedades estão se tornando escravas do consumo e estão perdendo suas identidades culturais. Com a finalidade de ocupar todos os espaços e dominar mercados, o capital promove a busca pelo lucro e esquece-se do resto. Segundo Santos (1998, p.85), a competitividade acaba por destroçar as antigas solidariedades, deixando os homens cada vez mais individualistas na ânsia de tudo consumir e esquecendo de seu projeto social coletivo.

O território passa a ser espaço fragmentado, e as empresas ocupam tudo o que podem para atingir seus objetivos. Em um mesmo território formam-se grandes conglomerados, criando novas formas de trabalho, todavia deixam também grandes massas fora do processo produtivo, amargando a exclusão social.

A tecnologia promove vantagens às atividades econômicas, todavia, também, promove reflexos negativos como o desemprego estrutural. Assim, com a entrada das multinacionais nos Países/Periféricos alinhados, o que ocorreu foi um emprego maciço de máquinas em detrimento do uso da mão-de-obra.

O que se viu nesse processo de globalização foi que muitos trabalhadores amargaram o desemprego em diversas atividades, pelo motivo de não estarem preparados para dominar o con-

hecimento técnico das tecnologias que aqui chegaram.

Um dos setores da economia onde isso é visível é a agricultura, visto que depois da mecanização do espaço agrícola, muitos trabalhadores se viram fora de suas atividades. O setor passa a se integrar às novas demandas de regulação do capital e volta-se para produzir para os mercados internacionais.

A agricultura se estrutura em bases tecnológicas de forma global, criando verdadeiros aglomerados agrícolas de produção de grãos, mecanizando todo processo produtivo e promovendo uma atividade enxuta, com pouca mão-de-obra, mas elevada produtividade. A modernização agrícola acontece no Brasil nas áreas de cultivo de produtos exportáveis como a soja, por exemplo. Na Amazônia isso pode ser visto na região de Paragominas e de Santarém, onde grandes conglomerados agrícolas se instalaram visando explorar a cultura da soja, que emprega pouca mão-de-obra utilizando, de forma maciça, a mecanização.

Os trabalhadores agrícolas passam então a se adaptar ao processo global do trabalho, que modifica o espaço e o próprio homem. Esse processo, segundo Santos (1998, p.90) promove o duplo desemprego.

A globalização promove o desenvolvimento agrícola através da dinâmica tecnológica e torna a cidade o núcleo da administração dos negócios. Organizada, funcional e com infraestrutura adequada, “a cidade é um polo indispensável ao comando técnico da produção” (SANTOS, 1998, p.91).

Enquanto a cidade vai resistindo aos impactos da globalização, as áreas agrícolas estão vulneráveis a ela. O processo global de domínio do capital e tecnologia, sobre as atividades produtivas, aos poucos vai modificando o cenário espacial geográfico, e regulando o cenário econômico, social e cultural das sociedades organizadas em torno do capital.

Com o emprego das tecnologias, as empresas iniciam um processo de degradação do meio ambiente. Derrubam árvores para instalarem atividades agrícolas visando ao plantio de soja. Esse tipo de cultura necessita de muita área de terra e emprega pouca mão-de-obra. Nesse sentido, essa lógica funciona no sentido de beneficiar o capital, já que maximiza a produção operando com custos baixos.

Na Amazônia o que ocorreu foi a fragmen-

tação do espaço criando-se uma nova regionalização, decorrente dessa dinâmica global. Por outro lado, essa ocupação do capital nas áreas de grandes reservas ambientais, provocou um desmatamento e a poluição dos recursos hídricos, contribuindo para o aumento da diminuição da camada de ozônio. “Os esforços para que os Estados atuem em regime de cooperação muitas vezes assumem a forma de eventos que se resumem a demonstrações internacionais e a uma retórica solene do que à implantação efetiva de programas de ação conjunta” (CASTELLS, 1996, p.310).

Ratifica-se a posição de Santos (1998), no sentido de que a globalização modificou o espaço geográfico, pois tornou possível que o capital se instalasse em qualquer lugar para promover a sua força de acumulação flexível de capital. O espaço geográfico tornou-se o território do dinheiro e do desenvolvimento histórico do capitalismo. Na Amazônia isso se refletiu na adoção de uma política de desenvolvimento que privilegiou a exploração dos recursos naturais pelo grande capital. O que se observa é que as empresas instaladas na região amazônica realizam atividades que depredam o meio ambiente, alterando todo espaço geográfico. Sai a floresta e entram em cena as cidades empresas.

Observa-se que próximo das áreas de exploração das riquezas naturais foram instalados núcleos urbanos fechados, promovendo um novo arranjo espacial na Amazônia. A visão de desenvolvimento na região passa então a aceitar a exclusão social e a formação de hábitos, costumes e valores culturais externos.

Por outro lado, o mau uso dos recursos da floresta amazônica pelas empresas aqui instaladas se deve à falta de uma política de desenvolvimento sustentável. Considera-se que as leis ambientais possuem conteúdos para punir aqueles que degradam o meio ambiente, mas as instituições responsáveis não possuem estrutura para fiscalizar as ações das empresas poluidoras e destruidoras do ecossistema amazônico.

Pensar a relação cidade e empresa na Amazônia atentando para as mudanças culturais e econômicas promovidas pela globalização pode ajudar a refletir na superação das práticas convencionais de desenvolvimento, enfocando uma perspectiva de desenvolvimento sócio-espacial por meio da qual a noção de sustentabilidade possa ser assumida, no processo de gestão de uma sustentabilidade ambiental



(qualidade e sobrevivência de condições aceitáveis do espaço geográfico), sustentabilidade econômica (geração e manutenção de emprego e renda da população), sustentabilidade política (gestão democrática e pública da cidade) e sustentabilidade sociocultural (reafirmação e valorização de identidades, sociabilidades e culturas locais e regionais).

Dentro desse cenário global uma nova roupagem surge, mas precisa ser repensada para fomentar um modelo de desenvolvimento sustentável, que cria as condições ideais de sobrevivência de todas as espécies do ecossistema amazônico e da exploração racional das riquezas da região, promovendo o ideal de sustentabilidade para ser conduzido pelas gerações futuras.

## CONCLUSÃO

Através do texto foi possível observar que o processo de globalização foi conduzido pelas forças do capitalismo, a fim de moldar uma nova dinâmica de exploração das riquezas de forma universal, global. Assim, nada pode impedir a trajetória da acumulação permanente do capital, por isso as barreiras devem ser banidas para permitir a livre circulação do capital em todo o mundo, fortalecendo a lógica de um desenvolvimento econômico uniforme e sem crises.

No cenário amazônico, o fenômeno da globalização atingiu, em cheio, o espaço geográfico da região, visto que a instalação de empresas multinacionais fez com que se criassem núcleos urbanos ao redor dos Grandes Projetos industriais, o que veio fragmentar o território.

Os espaços geográficos na Amazônia foram escolhidos e delimitados pelo grande capital, fazendo com que uma nova cultura se instalasse na região e enfraquecendo a perda de identidade do homem amazônico. Novas fronteiras agrícolas foram abertas e com elas uma mecanização, que provoca a destruição de empregos e do meio ambiente.

A lógica dessa nova dinâmica econômica é explorar as riquezas da região visando a maximizar lucro, sem se preocupar em realizar investimentos sociais de longo prazo. A Amazônia está sendo consumida pelo avanço do capital e a ideia de liberdade econômica se faz presente, como forma de promover um desenvolvimento que tem interesse apenas nos grupos econômicos instalados no espaço geográfico amazônico.

O que se pode fazer para reverter esse avanço sem controle do capital sobre as riquezas amazônicas é pensar em uma política de desenvolvimento sustentável, que estabeleça critérios de exploração das riquezas naturais da Amazônia, além de incluir o homem amazônico nesse processo. A sociedade precisa ser provocada a refletir sobre as questões de sustentabilidade para a região, visando a atender suas necessidades e garantir condições de sobrevivência para as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. *Dimensões da Globalização*. Londrina: Práxis, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Contingência e Modernidade*. In: *A crise da razão*. (Orgs). NOVAES, Adauto. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência: Segundo Volume de uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico*. São Paulo: UNESP, 2001.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.
- LEFORT, Claude. *O imaginário da crise*. In: *A crise da razão*. (Orgs). NOVAES, Adauto. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Atlas, 1998. Cap. IV.